

FORÇAS ARMADAS

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*

Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Ao longo da história dos povos, as finalidades das Forças Armadas eram basicamente a de defender o território das nações ou empreender guerras de conquista. Na verdade, essa situação pouco mudou no que se refere às grandes potências.

Os exemplos existem, em várias partes do mundo.

Os atentados terroristas que atingiram os Estados Unidos e que resultaram na fantástica mobilização militar que está custando em torno de US\$ 300 bilhões, são parte de um conjunto de atitudes em que a guerra de defesa e de conquista inclui importantes fatores econômicos, principalmente o acesso ao petróleo do Oriente Médio. A Inglaterra, que foi o maior império colonial do mundo nos séculos XX, XIX e XVIII, mantém ainda parte da influência graças ao poderio da sua força militar, em especial da marinha de guerra. Esse é também o caso da França, para citar apenas alguns exemplos mais conhecidos.

Não é realista para um país em desenvolvimento, ou de Terceiro Mundo, como se queira denominar, tentar rivalizar com as grandes potências em força armada, como fez, em passado recente, o Irã, quando entregue às mãos da monarquia Reza Phallevi, deposta pelos aiatolás. A montanha de recursos investida nessa finalidade foi literalmente jogada no lixo.

Um país de Terceiro Mundo deve ter o suficiente para garantir suas fronteiras e utilizar seus militares para tarefas emergentes, quando necessária, colaborando para o aperfeiçoamento das instituições de ordem pública.

É isso o que faz o Brasil, embora para esse mínimo de atribuições não tenham sido suficientes, nos últimos oito anos, os recursos destinados às forças armadas.

Atento a essa realidade, o novo governo já tem uma estratégia para sua ação no setor militar: dar ênfase ao reequipamento, desenvolver um processo de integração entre Exército, Marinha e Aeronáutica no âmbito do Ministério da Defesa e buscar a ampliação do sistema de cooperação militar entre os países da América do sul.

A cúpula do novo governo, ou pelo menos o que se apresenta como tal nesses dias que antecedem a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, pretende, em médio prazo, aumentar o quinhão de participação do Ministério da Defesa no Orçamento Federal, embora ainda não seja possível avaliar o tamanho dessa participação.

O que não pode voltar a ocorrer é o episódio deprimente do País ter que antecipar a dispensa de efetivos que estão prestando serviço militar, sob a alegação de falta aguda de recursos, como aconteceu este ano, causando péssima repercussão na opinião pública.

Outro ponto importante da orientação do próximo governo com relação às forças armadas, diz respeito à imperiosa necessidade de elevar o conhecimento tecnológico que permita fabricar armas entre – fronteiras, não dependendo assim de compras internacionais, ou dependendo em escala menor do que a atual.

Os pontos conhecidos da política militar do futuro governo já são uma boa amostra do que está por vir.

As Forças Armadas destinam – se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais, além da defesa da lei e da ordem, sem deixar de reconhecer o seu verdadeiro papel como instituição nacional permanente, em tempo de paz ou de guerra.

Uma verdadeira política militar se faz com investimentos, tanto no setor tecnológico como humano, pois, repito, locar recursos em favor das Forças Armadas simboliza garantia a nossa própria soberania.